



Reunião de ontem do CNMP durou cerca de oito horas: unanimidade

Acusado de corrupção, Bandarra é afastado

» ANA MARIA CAMPOS

Os promotores de Justiça Leonardo Bandarra e Deborah Guerner estão impedidos temporariamente de despachar em seus gabinetes no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Por unanimidade, ontem à noite o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu afastá-los dos cargos enquanto durar o processo administrativo disciplinar em que são suspeitos de falta funcional devido a denúncias de favorecimento ao ex-governador José Roberto Arruda e dos crimes de extorsão, concussão, formação de quadrilha e vazamento de informações sigilosas. Na sessão extraordinária, convocada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, os conselheiros resolveram também ampliar o objeto da investigação na esfera administrativa. Eles já são alvo de três ações penais, propostas pelo procurador regional da República Ronaldo Albo.

O novo tema a ser apurado pelo CNMP trata de uma suposta interferência de Bandarra na atuação do promotor Mauro Faria de Lima. Em maio do ano passado, o então procurador-geral de Justiça do DF se reuniu com o promotor e com Arruda para tratar do processo em que o colega investigava o

então comandante-geral da Polícia Militar, Antônio Cerqueira. O oficial foi denunciado por contratação irregular de uma concessionária de veículos encarregada da revisão da frota da PM.

A pedido de Arruda, Bandarra tentou convencer Mauro Faria a evitar a apresentação da denúncia na véspera da festa de comemoração dos 200 anos da Polícia Militar. Para o promotor Mauro de Lima, que prestou depoimento no CNMP, houve uma interferência indevida de Bandarra em seu trabalho. O episódio resultou em nova frente de investigação criminal e a partir de ontem também será avaliado pelo Conselho Nacional.

Outro tema que será abordado pelo CNMP se refere à denúncia de que Bandarra e Deborah Guerner tentaram extorquir Arruda. Os dois promotores teriam atuado juntos em uma investida contra o ex-governador. Em julho do ano passado, quatro meses antes da deflagração da Operação Caixa de Pandora, Deborah teria exigido R\$ 2 milhões de Arruda para evitar a divulgação da gravação em que ele aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa, o delator da Caixa de Pandora.

A advogada de Bandarra, Gabriela Benfica, exibiu no plenário trechos do depoimento concedido por Arruda ao próprio CNMP em que o ex-governador



Leonardo Bandarra: promotor continua recebendo salário normalmente

acusar Deborah e livra o ex-chefe do Ministério Público do DF. "Fui achacado pela Dra. Deborah. Ponto. Isso não há dúvida", afirmou Arruda. Sobre Bandarra, a declaração foi outra: "Relações minhas com o dr. Bandarra sempre foram muito corretas".

Em outro trecho exibido, Arruda sustenta que recebeu Deborah Guerner a pedido do então vice-governador Paulo Octávio e de Durval Barbosa. "Recebi insistentes pedidos do vice-governador e de Durval para que recebesse Deborah." O ex-governador disse ainda que o encontro com a promotora, em que teria sofrido a extorsão, foi muito ruim, o pior que

manteve enquanto esteve à frente do GDF. O ex-executivo da Paulo Octávio Empreendimentos Marcelo Carvalho foi denunciado junto com Bandarra e Deborah Guerner pelo procurador Ronaldo Albo. As ações penais tramitam no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região.

Salário mantido

Presidente do CNMP, Roberto Gurgel admitiu que a decisão foi difícil, mas o órgão teria cumprido a sua missão institucional. O afastamento cautelar de Bandarra e Deborah Guerner foi defendido pela comissão responsável pela investigação; pelo relator do caso, Luiz Moreira, e pelo corregedor nacional do MP, Sandro Neis, além dos demais conselheiros. Eles deverão ficar suspensos do trabalho, com o salário mantido, no período de 120 dias, ou enquanto durarem as investigações. O CNMP ampliou ontem em mais 30 dias os trabalhos de apuração. O prazo começa a contar a partir de 6 de dezembro e será suspenso durante o recesso de fim de ano, entre 20 de dezembro e 2 de janeiro.

Na primeira parte da sessão, os conselheiros rejeitaram três questionamentos feitos pela defesa de Bandarra e Deborah. Eles pediram para adiar a sessão de

ontem e arguíram a suspeição do presidente do Conselho Federal da Ordem do Brasil, Ophir Cavalcante, além da comissão responsável pela investigação. Ophir não tem voto no CNMP, mas tem a prerrogativa de defender posições no plenário.

Nas últimas semanas, à medida em que as denúncias se agravavam, ele deu entrevistas sobre o possível afastamento cautelar dos dois promotores. Ao contestar a suspeição, o presidente da OAB disse que agia em defesa da correta aplicação da Constituição. "A Ordem não vai servir apenas de adorno nos conselhos. Isso não acontecia nem mesmo na época da ditadura", afirmou.

Durante duas horas, a sessão prosseguiu fechada para que o relator do caso pudesse apresentar provas que estão sob sigilo judicial. São as gravações feitas pelas câmeras instaladas na casa de Deborah Guerner que registram conversas dela com o marido, Jorge Guerner, e encontros com Bandarra. A defesa do promotor sustenta que todas as acusações contra ele são presumidas. Não haveria qualquer prova direta de participação dele em crimes. O advogado de Deborah, Pedro Paulo Guerra de Medeiros, defende a aposentadoria da promotora por invalidez porque ela teria problemas de saúde mental.

Google/Reprodução da Internet - 20/8/10



A promotora Deborah Guerner, que também foi afastada do MP